

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2004

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, determinou a elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, adiante abreviadamente designado por PNPOT, e fixou os princípios orientadores da sua elaboração.

De acordo com o previsto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a elaboração do PNPOT é acompanhada por uma comissão consultiva composta por representantes das Regiões Autónomas, das autarquias locais e dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais relevantes.

Não obstante, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, veio a incluir na referida comissão consultiva apenas as entidades representativas dos interesses privados de carácter económico, social, cultural, ambiental e profissional relevante, prevendo, em simultâneo, um sistema de pontos focais para acompanhamento da elaboração do PNPOT, que integra as diferentes direcções regionais do ambiente e ordenamento do território e comissões de coordenação regional, actuais comissões de coordenação e desenvolvimento regional, entidades das Regiões Autónomas, bem como entidades da Administração Pública com atribuições sectoriais relevantes na área da indústria, energia, turismo, comércio, agricultura, desenvolvimento rural, florestas, pescas, administração portuária, transportes, comunicações, habitação, recursos geológicos, conservação da natureza, património arquitectónico e arqueológico, educação, saúde, desporto, segurança, protecção civil e defesa nacional.

A comissão consultiva deixou, assim, de integrar os serviços da administração directa ou indirecta do Estado e das Regiões Autónomas, representativos dos interesses públicos sectoriais, prevendo apenas que aquela instância de acompanhamento fosse composta por instituições representativas da sociedade civil.

Ora, uma das manifestações do princípio da cooperação e da articulação entre os vários sujeitos, públicos e privados, portadores de interesses a ponderar no âmbito da formação dos planos, previsto no artigo 3.º da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo, traduz-se na previsão de organismos de acompanhamento dos diferentes tipos de instrumentos de gestão territorial onde tais interesses se encontram representados.

Assim, por forma a permitir uma efectiva ponderação entre todos os interesses, públicos e privados, envolvidos na elaboração do PNPOT, mostra-se adequado que o sistema de pontos focais, enquanto instância de acompanhamento representativa dos interesses públicos sectoriais, integre a comissão consultiva, à qual compete, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a emissão de parecer sobre a respectiva proposta.

Tal integração não obsta a que sejam previstos modelos de funcionamento diferenciados ou à realização de reuniões de carácter sectorial, sempre que tal se justifique, sem prejuízo da necessária articulação entre todos os membros da comissão consultiva.

Na ausência de uma disposição expressa no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, julgou-se igual-

mente oportuno estabelecer na presente resolução um prazo de 15 dias para a emissão do parecer da comissão consultiva sobre a proposta de PNPOT.

Do mesmo passo, procede-se à actualização das denominações dos serviços regionais desconcentrados com competência em matéria de ordenamento do território, substituindo as antigas comissões de coordenação regional e as direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional e faz-se reflectir na redacção do n.º 16 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, o teor da Declaração de Rectificação n.º 23-G/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 148, de 29 de Junho de 2002, de que a mencionada resolução foi objecto.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

Alterar os n.ºs 3, 5, 6 e 16 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, que passam a ter a seguinte redacção:

«3 — A elaboração do PNPOT é acompanhada por um sistema de pontos focais que integra representantes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, bem como das entidades e serviços da Administração Pública com atribuições sectoriais relevantes nas áreas das finanças, indústria, energia, turismo, comércio, agricultura, desenvolvimento rural, florestas, pescas, administração portuária, transportes, comunicações, habitação, recursos geológicos, conservação da natureza, património arquitectónico e arqueológico, educação, cultura, saúde, desporto, segurança, protecção civil e defesa nacional, bem como de quaisquer outros interesses a salvaguardar.

5 — A DGOTDU ou o coordenador da equipa de projecto a que se refere o n.º 2 da presente resolução promoverá a realização de reuniões com todas ou algumas das entidades integrantes da comissão consultiva, incluindo do sistema de pontos focais, sendo que estas últimas deverão prestar toda a colaboração e informação necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PNPOT.

6 — A elaboração do PNPOT é acompanhada por uma comissão consultiva, com a seguinte composição:

6.1 — Um representante de cada uma das seguintes entidades:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]
- f) [...]
- g) [...]
- h) [...]
- i) [...]
- j) [...]
- l) [Anterior alínea k).]
- m) [Anterior alínea l).]
- n) [Anterior alínea m).]
- o) [Anterior alínea n).]
- p) [Anterior alínea o).]
- q) [Anterior alínea p).]
- r) Associação Profissional de Arqueólogos;
- s) [Anterior alínea q).]

6.2 — A comissão consultiva integra ainda o sistema de pontos focais previsto no n.º 3 da presente resolução, sem prejuízo de poderem funcionar como instâncias diferenciadas de acompanhamento da elaboração do PNPT, nos termos a definir nos respectivos regimentos.

6.3 — A comissão consultiva deve emitir parecer sobre a proposta de PNPT no prazo de 15 dias a contar da respectiva recepção.

16 — Os objectivos estratégicos enunciados nos n.ºs 9 a 14 devem ser desde já adoptados no acompanhamento da elaboração dos planos municipais de ordenamento do território previsto nos n.ºs 2 a 10 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.»

Presidência do Conselho de Ministros, 21 de Outubro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2004

A SANINDUSA é um grupo empresarial nacional do sector dos sanitários, oriundo da zona de Aveiro, que se dedica ao fabrico de uma gama diversificada de artigos para casa de banho, exportando cerca de um terço da sua produção para países de todo o mundo, tendo iniciado recentemente um processo de internacionalização com a aquisição de uma empresa em Espanha.

A SANINDUSA decidiu criar, em Cantanhede, uma unidade fabril para a produção de artigos cerâmicos para usos sanitários que utiliza a tecnologia mais avançada a nível mundial e consubstancia um projecto de crescimento, inovação e reforço da capacidade competitiva no mercado nacional e internacional do grupo em que se insere.

O projecto de investimento em causa ronda os 26,6 milhões de euros, permitindo a criação de 117 novos postos de trabalho, prevendo-se, para o ano de 2006, o alcance de uma produção de 550 000 peças e um volume anual de vendas de aproximadamente 13,1 milhões de euros.

Este projecto, localizado no Parque Industrial da Tocha, contribuiu ainda significativamente para a redução das assimetrias, fomentando, numa região predominantemente agrícola, a fixação da população e o aparecimento de outras indústrias e serviços a montante e a jusante.

Deste modo, considera-se que este projecto, pelo seu mérito, demonstra especial interesse para a economia nacional e reúne as condições necessárias à admissão ao regime contratual e à concessão de incentivos financeiros e fiscais previstos para grandes projectos de investimento.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência Portuguesa para o Investimento, E. P. E. (API), a SANINDUSA — Indústria de Sanitários, S. A., e a SANINDUSA 2 — Indústria de Sanitários, S. A., para a realização do projecto de investimento que tem por objecto a criação da unidade industrial desta última em Cantanhede, ficando o original do contrato arquivado na API.

2 — Atento o disposto no n.º 1 do artigo 39.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho, ao abrigo da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro, e no Decreto-Lei n.º 409/99, de 15 de Outubro, sob proposta do Ministro das Finanças e da Administração Pública, conceder os benefícios fiscais em sede de IRC, de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e de imposto do selo que constam do contrato de investimento e do contrato de concessão de benefícios fiscais.

Presidência do Conselho de Ministros, 21 de Outubro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2004

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 122/98, de 9 de Maio, na redacção que lhe foi conferida pelos Decretos-Leis n.ºs 34/2000, de 14 de Março, e 57/2003, de 28 de Março, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2003, de 3 de Novembro, aprovou a alienação de uma participação no capital social da sociedade Serviços Portugueses de Handling, S. A., abreviadamente designada por SPdH, S. A.;

Considerando que, nos termos do disposto na secção I do capítulo III do caderno de encargos, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2003, de 3 de Novembro, nomeadamente no respectivo artigo 12.º, a Globalia Corporación Empresarial, S. A. (Globalia), apresentou uma proposta para aquisição de um lote indivisível de 400 800 acções nominativas do tipo A, com o valor nominativo de € 10 cada (acções);

Considerando que, nos termos do disposto no capítulo IV do referido caderno de encargos, nomeadamente no respectivo artigo 23.º, a Globalia foi seleccionada para a fase de negociações;

Considerando, igualmente, que, conforme o disposto no capítulo V do referido caderno de encargos, a Globalia procedeu à revisão da proposta apresentada para aquisição das acções;

Considerando ainda que a Globalia foi determinada concorrente vencedor por meio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2004, de 13 de Setembro, no âmbito do mesmo concurso público e de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 31.º do caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2003, de 3 de Novembro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2004, de 14 de Janeiro;

Considerando que o Conselho de Ministros deverá aprovar a minuta do contrato de compra e venda, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º do caderno de encargos:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar a minuta do contrato de compra e venda de um lote indivisível de 400 800 acções nominativas do tipo A, com o valor nominativo de € 10 cada, representando 50,1% do capital social da SPdH, S. A., devendo a Globalia, enquanto concorrente vencedor, ser notificada para sua aprovação.

2 — Comunicar à Globalia que no dia 10 de Novembro de 2004, pelas 16 horas da tarde, na sede da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A., irá realizar-se a assinatura do contrato de compra e venda das acções, ficando essa comunicação sujeita à